

A divulgação do conhecimento bibliográfico no Estado Novo no Brasil: uma perspectiva da Organização Social do Conhecimento na Revista Cultura Política

Alessandra Nunes de Oliveira¹

¹Doutoranda; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, SP, Brasil; alessandra.nunes@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0002-7662-5686>

Walter Moreira¹

¹Doutor; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, SP, Brasil; walter.moreira@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0001-9454-441X>

Resumo: Compreende como os documentos sustentam a materialidade da informação e os rastros do espírito do tempo. Tal problemática apresentada tem o objetivo de analisar as nuances da Organização Social do Conhecimento, particularmente implicada na Revista Cultura Política, que carrega em seu cerne a esteira do “espírito do tempo” baseado no movimento bibliográfico diante da evolução política e social do Brasil, do homem novo para um Estado Novo, listando as características e a disseminação do pensamento. A análise do texto alia a pesquisa bibliográfica e documental, sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso. Como primeiro passo, foi realizada uma revisão bibliográfica nos conceitos da Organização Social do Conhecimento, sustentado por Hjørland, a partir das influências sociais as quais os membros de comunidades discursivas são inseridos, fundamentam a construção social do conhecimento que atribui importância à materialidade da documentação e também as obras de Velloso, Hallewell e Pandolfi, que explicam a história do livro no Brasil, a cultura bibliográfica, a produção do livro, a política editorial e institucional e intelectuais contribuíram para a construção do discurso do Estado Novo no Brasil. Constatou-se a construção de conhecimentos associados à materialidade da informação, fundamental para a projeção política do Estado Novo. Diante deste contexto, chegaram-se as considerações que obras vista como ideias boas de um “Estado Novo para um homem novo” eram centradas e pautadas em diretrizes políticas estado novista, para formar pensamento social para as expectativas do governo. Principalmente no que compete a livros que buscavam resgatar as raízes nacionalistas e com interesses em perspectiva coloniais.

Palavras-chave: Estado Novo - Brasil; movimento bibliográfico; divulgação do conhecimento; organização social do conhecimento; revista cultura política.

1 Introdução

Ao observar alguns eventos que se manifestam sob o olhar do tempo e da memória, apontam-se reflexões relacionadas a um período específico da história, conforme as considerações desenvolvidas no texto. Certamente, a manifestação desses eventos desperta o interesse em uma reconstrução sujeita a evidências que não se referem ao tangível, mas cujo efeito do presente é despercebido. Uma das formas de realizar a reconstrução é a que se pode promover por meio da interpretação, algo indispensável que deve ser acompanhado dado a natureza de uma investigação, a exemplo do uso de documentos que atuam como registros que acionam vozes de uma determinada sociedade, cultura, ideologia, ciência ou certos comportamentos.

Essa linha de pensamento coincide com a desenvolvida por Merlo e Konrad (2015), para quem o registro da história e memória humana ocorre por meio do acúmulo dos documentos gerados pelas atividades de uma determinada organização, pessoa ou família, tornando-se uma rica fonte de informação. Mesmo que os documentos não ocupem a totalidade de uma realidade habitual ou social, eles são representações e podem exprimir indícios de um determinado comportamento, seja social ou institucional, verificado em um determinado contexto. Isso ajuda a compreender esse contexto pela expressão “escutar os mortos com os olhos”, de Quevedo, popularizada por Chartier (2010, p. 7).

Nessa perspectiva, os documentos, quando devidamente estudados, podem ser usados como guia para entender a divulgação de ideias e valores. Essa relação pode ser encontrada nas considerações de Hegel (2001) sobre o “espírito do tempo” de determinada época (*Zeitgeist*). Esse conceito representa que o tempo não se reduz ao espaço físico, mas transcende para o fenômeno da consciência compartilhada de um povo e em determinada época, em prol de uma razão para o “progresso” a que se atribui o nome de ‘tempo da consciência do espírito’ (Hegel, 2001, p. 22).

Busca-se, aqui, compreender como os documentos sustentam a materialidade da informação e os rastros do espírito do tempo. A investigação desse problema implica analisar algumas nuances da Organização Social do Conhecimento (OSC), particularmente aquelas que podem ser percebidas na

Revista Cultura Política, que carrega em seu cerne a esteira do “espírito do tempo” baseado no movimento bibliográfico diante da evolução política e social do Brasil, do “homem novo” para um “Estado Novo”, termos que podem ser encontrados já no sumário da primeira edição da revista Cultura Política: Revista mensal de estudos brasileiros, publicada em março de 1941.

Em resumo, a revista teve como objetivo desenhar as estruturas que implicavam o ideal nacional do Estado Novo, listando as características e a disseminação do pensamento. Isso norteia o que Bueno (1985; 2009) descreve como divulgação, que faz parte do cerne de jornais e revistas que utilizam uma linguagem adaptada para tornar o conteúdo acessível e atingir um grande público.

Para entender a questão relativa à política cultural do Estado Novo, orienta-se a análise e compreensão da Revista Cultura Política — Revista Mensal de Estudos avançados (CP), que surgiu no ano de 1941 com o intuito de ser, nas palavras de Almir de Andrade, “um espelho do Brasil” sobre a cultura, política, economia e ciências. A ideia de ser um espelho do país sustenta o ideal de divulgação das atividades criativas de todas as regiões do Brasil, como “valor da unidade” e “ordem nacional”, isto é, a aproximação cultural entre o governo e o povo, o estado e homem “não meramente a fins políticos, mas essencialmente à cultura, à alegria, ao bem-estar, à felicidade de todos e cada um particular” (Andrade, 1941, p. 7).

Aponta-se que a publicação tinha como foco não somente divulgar para a população daquele tempo, mas também para a geração pós-guerra, para que soubessem das conquistas e progresso do Brasil, enquanto o mundo enfrentava a Segunda Guerra Mundial. Descrevia a evolução social brasileira, pelo estado integrando o “socialmente útil”, sendo os trabalhadores e os intelectuais “estudiosos de todos os problemas, trabalhadores de todos os misteres [que] contribuem, consciente e inconsciente, para o processo de organização social.” (Andrade, 1941, p. 6).

Por outro lado, a revista CP não pode ser analisada sem que se enfatize o papel desempenhado pelos intelectuais como “socialmente útil” no desenvolvimento de conteúdo, expressão que Almir de Andrade, diretor da CP, destacou na apresentação da revista. Destaca-se que os intelectuais que

participavam do plano de colaboração com o Estado Novo, estavam no nicho identitário conhecido pelo pensamento centralista e autoritário, bem como, os que comungavam com os valores e preocupações de sentimento nacionalista (Oliveira, 1982; Velloso, 1987).

Trata-se de algo naquele momento necessário para eles, uma vez que uma das principais preocupações dos ideólogos era mostrar que o Estado Novo não era um produto político simples, mas uma concepção bem estabelecida, com base sólida para o fortalecimento da cultura brasileira a partir da nacionalidade e renovação do Brasil (Velloso, 1987).

Em consequência, o estado novo buscou formas de influenciar a estrutura social e intervir por meio da supremacia política nas esferas política, cultural e social que alcançava por meio de um modelo de organização moral e cívica da sociedade brasileira que segue a ordem, a obediência à autoridade e a aceitação no vislumbre de sociedade militarizada e com coesão social (Parada, 2009).

No que diz respeito à divulgação dos ideais de “brasilidade”, o crescimento exponencial das obras bibliográficas e diretrizes de distribuição durante o período Estado Novo chama a atenção para esta investigação.

Da década de 1940 até o fim do regime, em 1945, a política do Estado Novo investiu em bibliografias preservando o valor das raízes nacionais e incentivos à moralidade cívica, logo, para as obras bibliográficas poderem ser divulgadas e publicadas mensalmente na revista CP, foi necessária a organização das bibliografias que atendessem à perspectiva política. Para isso, Antônio Simões Reis, devido a sua experiência como bibliógrafo em jornais e revistas no Brasil, assumiu a função de produzir lista de livros impressos em todo o território nacional, denominando a seção que organizava na revista como “Movimento Bibliográfico”.

Há que se recordar, contudo, que o termo “Movimento Bibliográfico” teve início na Europa no final do século XIX, com o propósito de modernizar a organização de suportes documentais diante das demandas da modernidade para fins de acesso (Santos, 2007). Encontram-se indícios de sua influência na política do Estado Novo no Brasil, ainda que não haja citações nos registros da revista CP sobre essa inspiração, mas as semelhanças são evidentes, principalmente quando

Schneiders (2012b) observa que o movimento bibliográfico que surgiu no século XIX, tem base no fenômeno histórico-cultural associado à modernidade com as ferramentas informacionais de acesso diante de uma variedade de documentação organizada com a participação de estudiosos, pesquisadores, bibliotecários e bibliógrafos (Santos, 2006).

Essa diretriz conceitual alinha-se às intenções do movimento bibliográfico durante o Estado Novo no Brasil, tendo sua política vinculada à modernidade em todas as esferas de divulgação de informação, principalmente no que se refere às bibliografias que buscavam além de provocar uma simples “avalanche literária”, como aponta Schneiders (2012b), reconfigurar os registros e a divulgação de obras bibliográficas que abrangiam todo um campo intelectual, desde seus autores e divulgadores, até a seção bibliográfica para que alcançassem a sociedade conforme as diretrizes do Novo Estado (Velloso, 1982).

A difusão do pensamento por meio do movimento bibliográfico do Estado Novo na CP representa a “materialidade documental”, conceito apresentado por Frohmann (2008, p. 21), para o qual o conhecimento documentado é importante para os aspectos públicos e sociais, ou seja, para os consumidores de informação, mas esse efeito estaria sob a proteção dos ideais registrados na revista CP.

Esta investigação baseia-se, portanto, nos conceitos teóricos da (OSC), sustentada por Hjørland (2003, 2007), cuja concepção defende que fatores da organização cognitiva do conhecimento são atribuídos à forma como os documentos são organizados no ensino superior e na pesquisa, na estrutura disciplinar da divisão social do trabalho na sociedade. Assim, a partir das influências sociais às quais os membros de comunidades discursivas são submetidos, fundamenta-se a construção social do conhecimento que atribui importância à materialidade da documentação.

A partir de Hjørland (2003), conduz-se um paralelo com uma das amplitudes da Organização do Conhecimento (OC), para a qual o conhecimento está organizado em “divisão social do trabalho (por exemplo, as disciplinas), instituições sociais, linguagens e sistemas simbólicos, sistemas conceituais e teorias, literaturas e gêneros.” (Hjørland, 2003, p. 88). A estrutura das disciplinas (divisão social do trabalho) é destaque como uma das formas de (OSC), que, nessa

acepção refere-se às organizações estruturadas em profissões, ofícios e disciplinas. Portanto, a (OSC) passa por um tipo de organização em estreita conexão com o “sistema social”.

Além disso, está associada a todo um conjunto de conceitos que se estabelece, ou seja, uma divisão do trabalho intelectual, que compreende os fatores que se desenvolvem da informação à ciência, passando pela designação de disciplina. Burke (2016) explica as distinções quando exemplifica a informação enquanto algo cru, algo que não alimenta um corpo social que busca um objetivo cognitivo, mas, pelo contrário, o reduz ao “afogamento na informação”, que não leva a algo representativo. Portanto, para uma representação conceitual suceder, é preciso que a informação seja processada, para poder ser consumida, o que o autor nomeia de conhecimento, por forma mais elaborada e sistematizada, conceitua de “cientificação”.

A divisão social do trabalho é observada a partir do ângulo do acesso ao conhecimento, do acesso à esfera social e dialoga com as dimensões sociais do conhecimento, qualificadas por Longino (2002, p. 5) e pautada em Derek de Solla Price como a *Big Science*, “uma organização de um grande número de cientistas trazendo diferentes corpos de especialização para um projeto de pesquisa comum”. Segundo o autor, as diversas formas de especialização para fins científicos integram interesses institucionais relacionados ao contexto e às necessidades de seu tempo, causando efeitos transformadores da ciência na vida humana e nas relações sociais. As investigações científicas são realizadas ao nível institucional com o apoio das instituições de financiamento nacional, formando um paralelo com as práticas do “Movimento Bibliográfico” no Estado Novo.

Isso se atribui à linguagem como sistemas simbólicos sociais, que se tornam um dos principais fatores na construção do discurso, como aponta Hjørland (2003, p. 99). Essa correlação pôde ser percebida na CP como um sistema simbólico, uma vez que o seu objetivo era incentivar socialmente, assim como as medidas tomadas pelo Estado Novo, que se apropriaram e tiveram uma conexão direta com os registros documentais. Isso permitiu visualizar a materialidade do pensamento do tempo através da organização de profissões e disciplinas.

Tanto as linguagens (ou sistemas simbólicos mais amplos) quanto os meios, documentos e sistemas de informação são teleológicos ou direcionados a objetivos. Eles são otimizados para realizar certas funções, enquanto relativamente ignoram outros propósitos e objetivos. Devem ser vistos como especializações na divisão social do trabalho (Hjørland, 2003, p. 99, tradução livre).

Desse modo, a dimensão teórica da OSC contribui para um olhar crítico sobre o movimento bibliográfico no Estado Novo, em direção aos fatores que envolvem todo o processo de disciplina, em que as bibliografias passavam por uma cadeia de preparação ideológica, para se tornarem acessíveis ao público, como a divisão de especialistas que entendiam e estavam aderentes às perspectivas ideológicas da produção e organização de obras bibliográficas.

Portanto, há uma implicação social baseada na perspectiva do espírito do tempo, para um objetivo que o regime na época pretendia alcançar, no caso de serem selecionados documentos bibliográficos, para posteriormente organizá-los, registrá-los e divulgá-los às massas. Como apresentado por Reis (1941, p. 272), na apresentação da revista CP, o movimento bibliográfico é “o nome a quem encarregar-se-á de registrar, mensalmente, os livros publicados, sobre todos os assuntos, em território brasileiro.”

Quanto ao termo ideologia, a visão de Pereira (2016) sobre o pensamento de Karl Marx se destaca quando enfatiza a ideologia como socialmente significativa, construída para determinar classes e comunidades. Transfere uma falsa representação, um conhecimento invertido da realidade com a consequência de justificar as relações de dominação e poder social entre homens e classes sociais.

A discussão de Burke (2016) também se baseia em Marx e estabelece a ideologia como uma construção do pensamento ideológico inserido em um contexto de sociedades e classes sociais. Para Burke (2016) a ideologia está ligada ao cotidiano, ao espaço e ao tempo e às comunidades às quais ela é dirigida. É uma consideração que se fundamenta em um processo de elaboração ideológica do conhecimento baseado a partir das diretrizes da revista CP e os aspectos sociais que ela descreve.

Durante a seleção e organização dos trabalhos, o bibliógrafo Antônio Reis

desempenhou um papel relevante ao estabelecer os requisitos que os registros bibliográficos deveriam seguir, alinhados com o plano ideológico do Estado Novo. Estes registros bibliográficos abrangeram diversas formas de organização de diferentes comunidades, incluindo trabalhadores, crianças, professores e produtores de conhecimento, como cientistas e pesquisadores. O foco do trabalho estava na divulgação bibliográfica, completando, assim, todo o processo de conhecimento e abrangendo os bastidores da divisão do trabalho.

Esse contexto se compreende por intermédio da (OSC), por requerer necessariamente a reflexão sobre os processos da construção de fontes e dos dispositivos de organização da informação que auxiliam, em situações de circulação da informação e do conhecimento específicas, no reconhecimento e na atenção dados aos fenômenos e questões sociais (Moura, 2018).

Esse modelo de organização reflete-se sobre certos enquadramentos da revista CP do Estado Novo, ao considerar a divisão do trabalho com uma perspectiva histórico-cultural, sobre como o conhecimento é construído em sociedade e se compreende em classes. Para tanto, a sociedade era classificada segundo o seu nível de compreensão, para assimilar o conteúdo dos livros. Os livros para crianças e operários foram criados para fundamentar a política do Estado Novo.

Entretanto, quando esse sistema social é utilizado por grupos e instituições com perspectiva centralizadora, isso se rebate no conceito de “geopolítica do conhecimento” de Burke (2016), que se problematiza em torno da ideia de que o conhecimento é organizado para determinadas classes sociais em um contexto de pensamento para fins de influência social, há um modelo de centro-periferia, respectivamente grupos dominantes em relação às comunidades subjugadas, uma “relação de centros intelectuais [...] que importam a matéria-prima de informações da periferia e, em troca, exportam o produto final o conhecimento que se torna dominante” (Burke, 2016, p. 20).

Contudo, para melhor compreender as diretrizes políticas da revista CP, é interessante examinar os rastros documentais de órgãos relacionados ao governo, no que diz respeito aos planos educacionais, em que as bibliografias estavam sob a discussão central na construção educacional: Ministério da Educação e da

Saúde; Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Na primeira, com Gustavo Capanema como ministro, defendeu-se a educação, com a crença de que os livros poderiam contribuir para a promoção da cultura nacional. Porém, se Capanema atribuiu grande importância aos livros, também impôs limites e controles, uma vez que para ele obras bibliográficas deveriam satisfazer aos interesses do estado, por entender que, a depender do livro, ele poderia ser utilizado para o “mal” de uma sociedade (Oliveira; Silva; Castro, 2018).

Além disso, o DIP, coordenado por Lourival Fontes, no que lhe concerne, centralizou os meios de comunicação para difundir a imagem política do Estado Novo. Um desses meios foi a criação da CP para, a partir das contribuições de alguns intelectuais que estavam em unidade governamental do Estado Novo, construir a formação política e cultural das massas. Seguindo essa reflexão, a pesquisa conduz a abordagem da CP em relação à organização das bibliografias brasileiras, denominada movimento bibliográfico, para divulgar a literatura a partir de raízes histórico-nacionalistas.

2 Procedimentos metodológicos

Esta investigação alia a pesquisa bibliográfica e documental à perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), de vertente inglesa de Van Dijk. Como primeiro passo, foi realizada uma revisão bibliográfica das obras de Velloso (1987), Hallewell (2017) e Pandolfi (1999), que explicam a história do livro no Brasil, a cultura bibliográfica, a produção do livro, a política editorial e institucional e os intelectuais que contribuíram para a construção do discurso do Estado Novo no Brasil, para entender como a esfera literária foi conjunta com objetivos políticos.

Esse procedimento foi baseado em Gil (2010), conforme a técnica da pesquisa bibliográfica, isto é, um processo baseado em artigos já publicados sobre determinado assunto, e permite ao pesquisador o alcance de fenômenos mais amplos e indispensáveis em estudos históricos, pois “[...] em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos” (Gil, 2010, p. 30).

A compreensão das leituras norteou a reflexão sobre aspectos manifestos que surgiram durante a coleta de dados, como a importância que os especialistas desempenharam no processo de construção da divulgação do conhecimento e no processo de organização da informação, além da identificação das organizações envolvidas na promoção de políticas culturais.

A discussão orientada pelos estudos da (OSC) (Hjørland, 2003; 2007), baseia-se na discussão da (OC) ao considerar a extensão de como o conhecimento está organizado na esfera intelectual e social. O objetivo é discutir o conhecimento que Burke (2016) relata ter sido disseminado por sistemas sociais, como a materialidade documental conceituada por Frohmann (2008). A ordem dessas ideias, entre a memória cultural do Estado Novo e a (OSC), refere-se, segundo nossa hipótese, à construção de conhecimentos associados à materialidade da informação, fundamental para a projeção política do Estado Novo.

Por meio de uma leitura analítica, observa-se que a revista *Cultura Política* foi considerada um sistema social, empregado para representar oficialmente um documento que divulgava o conhecimento organizado do regime. Logo, a pesquisa começou pela análise da revista CP publicada nos anos 1941 – 1945, disponível em formato digitalizado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O termo “movimento bibliográfico”, está presente na diretriz e no resumo da revista.

Posteriormente, a investigação avançou na análise dos documentos primários (telegramas, cartas, relatórios) disponíveis nos arquivos digitalizados do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, nos quais está localizado o acervo de Gustavo Capanema. Nessa abordagem, entende-se que a pesquisa documental é uma fonte primária, rica e estável de dados históricos e visa representar o conteúdo de um documento diferentemente do original, a fim de facilitar a informação de forma condensada (Marconi; Lakatos, 2010).

Por fim, a análise dos dados coletados foi realizada por meio da ACD, a qual permite estudar o modo como as características do contexto, tais como os discursos dos sujeitos de grupos poderosos, influenciam os membros dos grupos dominados. Entre os poderosos constitui-se a esfera de membros relacionados a política do Estado Novo, tais como os integrantes e alguns intelectuais da revista

cultura política, que utilizavam de suas especialidades para promover o discurso em favor da ideologia dominante. Para analisá-las, a pesquisa cumpriu o papel de instrumento para análise crítica do discurso, que, segundo Van Dijk (2018, p. 253):

[...] pode mostrar, em detalhes, como tópicos, manchetes e *leads* do discurso jornalístico [...] ou *slogans* no discurso político, podem ser usados e abusados para definir a situação, isto é, de que forma essas estruturas discursivas podem ser usadas para construir as estruturas mais elevadas dos modelos mentais de eventos.

A ACD ajuda a validar os resultados a partir da sua forma reflexiva, por descortinar sentidos quando se observa criticamente os acontecimentos por meio do discurso escrito presente nas páginas da CP. Nesse sentido, Van Dijk (2018) salienta que esse tipo de discurso é geralmente de caráter público, por isso sendo mais solicitado pelo poder, pelo motivo de ser programado, planejado e controlado. O texto, de caráter público, consolida o poder comunicativo, permitindo que este poder seja exercido e formulado de maneira mais indireta, velada e formal.

Em Brandão (2004, p. 6), observa-se que o discurso não é apenas um instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, mas também atua como uma forma de produção social. Isto quer dizer que o discurso “[...] não é neutro, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.” (Brandão, 2004, p. 11). A autora esclarece: quem discursa está em uma posição socioideológica, ou seja, possui suas crenças, ideologias, posição social que ocupa e discursa através de suas ideologias, como jogo estratégico que provoca ação e reação, é como uma arena de lutas (verbais, que se dão pela palavra) em que ocorre um jogo de dominação ou aliança, de submissão ou resistência, o discurso é o lugar em que se travam as polêmicas.

3 Plano de divulgação para as obras bibliográficas

A prática de divulgação de obras brasileiras coincide com o que Velloso (1987) aborda sobre o Estado Novo e sua relação com os intelectuais para que ocorresse a construção da nacionalidade. A autora defende que esse regime político de matriz centralizadora de pensamento é rico para analisar a relação entre os

intelectuais e o Estado, pois, na qualidade de participantes de um “projeto político-pedagógico”, suas obras destinaram-se a difundir os ideais do regime. Nesse modelo, as elites intelectuais, das mais diversas correntes de pensamento, identificam o Estado como o cerne da nacionalidade brasileira.

O referido projeto educativo dissemina-se por meio de dois níveis de atuação: o Ministério da Educação e Saúde e o DIP. O primeiro tinha por objetivo promover, em todo o país, os serviços destinados ao desenvolvimento integral da personalidade humana, incluindo-se a abrangência das atividades concernentes à saúde e o tratamento dos assuntos relativos ao preparo do espírito e ao seu contínuo aprimoramento (Brasil, 1937, p. 1). O segundo visava fiscalizar as obras culturais e intelectuais nacionais. Esse órgão de autoridade incumbia-se de fiscalizar os meios citados na Constituição de 1937, como objetivo de reverenciar e de proteger a imagem de Vargas, para fazer seu populismo e fiscalizar os diversos meios de informação em nome da honra e da moral brasileira. Esse órgão se tornou a marca do seu regime (Oliveira; Silva; Castro, 2018).

O intuito de promover os ideais estado-novistas por meio dos livros foi materializado pela criação do Plano de divulgação de obras para o Instituto Nacional do Livro (INL). Esse Plano, de 25 de julho de 1938, definia que o INL, no cumprimento da sua missão como órgão integrante do Ministério da Educação e Saúde, tinha como objetivos cumprir os seguintes deveres:

- a) cuidar, em geral, da divulgação dos livros brasileiros, o que é inerente a sua própria finalidade
- b) cuidar da orientação constitucional do livro brasileiro, através do conteúdo das obras – o que lhe é pedido pela nação
- c) cuidar da nacionalização das obras brasileiras, através da linguagem, como orientação social (Brasil, 1938, p. 3).

Em (a) coloca-se a proposta de que os livros deveriam chegar a todas as classes, quer fossem estudantes, operários e outros profissionais, considerando-se também a diversidade de assuntos que poderiam contemplar: folclore brasileiro, história, artes e ciências e educação em todos os aspectos, civismo e política nacional, entre outros (Brasil, 1938).

Em (b) apresenta-se o objetivo educacional do livro e seu necessário controle, para que ele não fosse utilizado como uma “má” influência na sociedade. A orientação constitucional que consta na alínea (b) pautava que os escritores

influenciam a educação do povo, visto que “é notável a influência dos grandes escritores sobre o espírito das massas populares e da mocidade acadêmica, amplamente sentida pela História e pela organização política e social” (Brasil, 1938, p. 2). Esse argumento justificaria a necessidade de incluir os livros no escopo de uma política educacional, para evitar que os escritores oferecessem ao povo falsas concepções para a vida, falsa filosofia para o espírito e falsa educação para o caráter “e essa, correlação da obra constitucional e educativa revela a necessidade de controle de todos os livros escritos para o Brasil” (Brasil, 1938, p. 2).

Em (c) a pesquisa analisou os documentos da época, qual era a ideia de nacionalismo ou nacionalização naquele contexto. No percurso dessa busca, encontrou-se uma carta emitida a Gustavo Capanema que estava sem o nome do remetente, mas que pode ser um fio condutor para a ideia, que dizia “o nacionalismo é, por definição, o patriotismo em forma de combate”. Que ele surge sempre que os valores nacionais estão em perigo, no que compete aos livros “haverá assim, um nacionalismo literário ou artístico, nacionalismo educacional quando os agentes estrangeiros põe em risco determinada soma de interesses nacionais” (Notas..., 1939, p. 2).

Para tais ideais serem publicizados, ou seja, divulgados em massa para a sociedade e para que produzissem os efeitos desejados, tornou-se necessário reunir um coletivo com o nome de Plano de Publicidade Coletiva (BRASIL, 1938), com integração entre Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro e praticantes como editores, livrarias, secretarias de educação estaduais, comissões de literatura infantil e teatro nacional, papelarias, tipografias e imprensa para o movimento bibliográfico ter o efeito desejado. Como finalidade, a publicidade coletiva foi objetiva, tinha como dever “incliná-lo para o amor ao livro e incitar a mocidade para o estudo do livro” (Brasil, 1938, p. 313).

Mesmo com os grandes desejos de divulgar os livros brasileiros, foi necessário enfrentar e contornar os problemas do consumo de livros no Brasil, a respeito dos custos e de seus conteúdos. Alguns desses “problemas dos livros” estão expostos em um documento de 1934, que fala a respeito da situação dos livros científicos no Brasil naquele contexto, que vão ao encontro das

necessidades que o Estado Novo estava querendo reconstruir com a nova forma de propagar os livros:

Os livros científicos brasileiros, na sua maioria, são deficientes, não correspondem às exigências do ensino e muito menos da cultura;
Os nossos livros são vendidos por preços muito altos;
Os autores brasileiros não são estimulados suficientemente a produzirem trabalhos dignos da nossa inteligência;
As tiragens de livros são excessivamente pequenas (Como Resolver... 1934, p. 1).

Todas essas situações foram descritas como questões que precisavam ser verificadas para que se pudesse promover e incentivar o consumo dos livros no Brasil. Como se pode analisar por meio do Decreto-Lei n. 93 – de 21 de dezembro de 1937 que criou o INL, um dos seus objetivos era tratar de promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como facilitar a importação de livros estrangeiros (Brasil, 1937).

Assim, o INL teve em vista traçar a sua finalidade em nome dos mais “nobres espíritos” e fazer a divulgação de obras literárias, artísticas e científicas. Entre as obras publicadas, estavam as obras históricas e, principalmente, as de teor didático, algumas em forma de cartilhas infantojuvenis, cujos conteúdos abordavam, explicitamente, o despertar do nacionalismo ou a figura de Vargas. Para que ocorresse a divulgação dessas obras, o INL cercou-se de estratégias de publicidade que fizessem a sociedade sempre ter a recepção dos ideais cívicos nacionalista do Estado Novo.

Enquanto o INL seguia o pensamento da cultura livresca, o DIP era o porta-voz oficial da propaganda do regime, conhecido como o órgão central que regulava o pensamento e a expressão no Estado Novo (Araújo, 2020). Esse órgão também divulgava nos meios de massa, o ideal estado novista, uma vez que ele passou a exercer total influência em todos os meios de comunicação e informação, como as estações de rádio, a imprensa, a música, o cinema, o teatro e, até mesmo, as expressões intelectuais, como livros, periódicos (Oliveira; Silva; Castro, 2018).

Além disso, a política do Estado Novo, devido à sua estreita ligação com as diversas formas de campanhas políticas em prol da divulgação da diretriz política estado-novista, mostrou o uso e a utilização da documentação como norteador político para estabelecer o que deveria ser construído, organizado e

direcionado, bem como para serem divulgados ao público. De acordo com Oddone (2010), no início da década de 1940, o termo “documentação” começou a se difundir de forma acelerada no serviço público federal brasileiro, o que culminou na legitimação e evidenciação política da relação política com a documentação através do Decreto-lei no 2.039, de 27 de fevereiro de 1940, que criou o serviço de documentação. A partir da sua criação, os documentos passaram por uma análise de organização, especialmente para as diferentes formas de divulgação aos interesses do governo de Vargas. Dessa forma, estavam sujeitos a fornecer, mediante solicitação, relatórios ao DIP.

Na próxima seção, analisaremos uma breve prática dos planos de divulgação, presente na revista *Cultura Política* – revista mensal de estudos brasileiros, através do movimento bibliográfico.

4 Revista Cultura Política

Com periodicidade mensal, seu primeiro número publicado em março de 1941 e o último em agosto de 1945, a *Revista Cultura Política* foi um periódico oficial do governo do Estado Novo, com direção de Almir de Andrade¹, que veiculava artigos de colaboradores da revista como instrumento para a formação do “novo homem” emitindo opiniões sobre os assuntos da política, das artes e da literatura (Cavalcanti, 1980).

Como seu próprio subtítulo deixa transparecer, a “revista de estudos brasileiros” tinha como propósito definir, apresentar e esclarecer as transformações socioeconômicas pelas quais passava o país, relatando minuciosamente as realizações governamentais. Sendo assim, a revista funcionava como uma espécie de central de informações bibliográficas, noticiando e resenhando todas as publicações sobre Vargas e o Estado Novo (Paschoal, 2007).

Em seu primeiro número, a CP traz um artigo de autoria de Almir de Andrade (1941) que fala sobre a evolução política e social do Brasil e traça uma breve explicação sobre a necessidade, modificação e renovação das instituições conforme as novas diretrizes que a história impõe. Nesse caso, o contexto das instituições abre aporte nas entrelinhas para a responsabilidade social da revista

cultura política, uma vez que ela foi uma revista do DIP responsável pela sua publicação.

A revista tinha como objetivo divulgar os ideais do governo de Getúlio Vargas, por meio de artigos de intelectuais da época. Isso incluía a promoção de uma nova concepção de cultura, unificando a ordem política e social sob a égide do Estado, e o esclarecimento do rumo das transformações políticas e sociais em curso no país (Araújo, 2020).

Ainda no artigo citado, Andrade (1941) defende que o pensamento elevado inspira as sociedades contemporâneas, levando ao palco central da discussão o respeito ao trabalho como meio de valorização do homem. O artigo defender que o trabalho é a base social para o homem conquistar a prosperidade econômica, a cultura intelectual, o respeito e a proteção do estado.

Esse contexto dialoga com o que Gomes (1999) explica sobre as práticas ideológicas do aparelho de Estado do pós-30, em particular do regime estado-novista de Getúlio Vargas; promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e pela riqueza do conjunto da nação.

Getúlio Vargas, em 27 de outubro de 1941, descreveu a importância que a CP possuía para a nação, expondo suas ideias em um breve parecer, publicado nesse mesmo periódico em 10 de novembro (1941, p. 5), no qual afirma que “[a]s publicações periódicas do feitiço de Cultura Política, com diretrizes firmes de doutrina e elevação no debate dos problemas nacionais, constituem uma necessidade nas épocas de reforma e reconstrução como a que o Estado Nacional iniciou no Brasil”. A análise de suas palavras permite observar que a doutrinação para a “reforma nacional” de fato fazia parte dos conteúdos da revista, uma vez que seus artigos teciam orientações para a construção do “novo homem”. Tais orientações também direcionam e estão em perfeito diálogo com os objetivos propostos para a referida revista, conforme expõe Andrade (1941, p. 8):

As páginas desta Revista, são, nesse sentido, um espelho do Brasil. O que somos, o que pensamos, o que realizamos em todos os setores da

nossa atividade criadora – na política, na economia, na técnica, nas artes, nas letras, nas ciências – ficará estampado nestas páginas, através do depoimento de todas as gerações que hoje vivem em todas as cidades e rincões do Brasil. Eles falarão pelo Brasil, porque são o Brasil.

Analisando-se os sumários da revista desde o seu primeiro número, verifica-se que de fato os colaboradores estavam fazendo sua parte em escrever artigos como construto intelectual de apoio ao Governo de Getúlio Vargas. A revista apresentava artigos sobre as atividades políticas do Estado Novo e artigos com opiniões de intelectuais sobre as diretrizes dessa nova ordem política. Destacam-se, para exemplificação, alguns deles: “A evolução política no Brasil”; “O Estado Novo e seu sentido bandeirante”; “O Estado Novo e o homem novo”; “A ordem política”; “Organização da juventude brasileira” e “A evolução intelectual”.

Com os olhos nesse contexto, Oliveira (1982, p. 33) aborda a combinação entre novas fórmulas políticas e a evolução histórica brasileira, entre o moderno e o tradicional, de que trata a direção de Almir de Andrade na revista Cultura Política. Vinculando a obra de Vargas às raízes culturais brasileiras, Almir de Andrade possibilita não só a convivência de intelectuais de diferentes origens e perspectivas doutrinárias, mas também atribui ao intelectual um papel predominante enquanto intérprete da vida nacional.

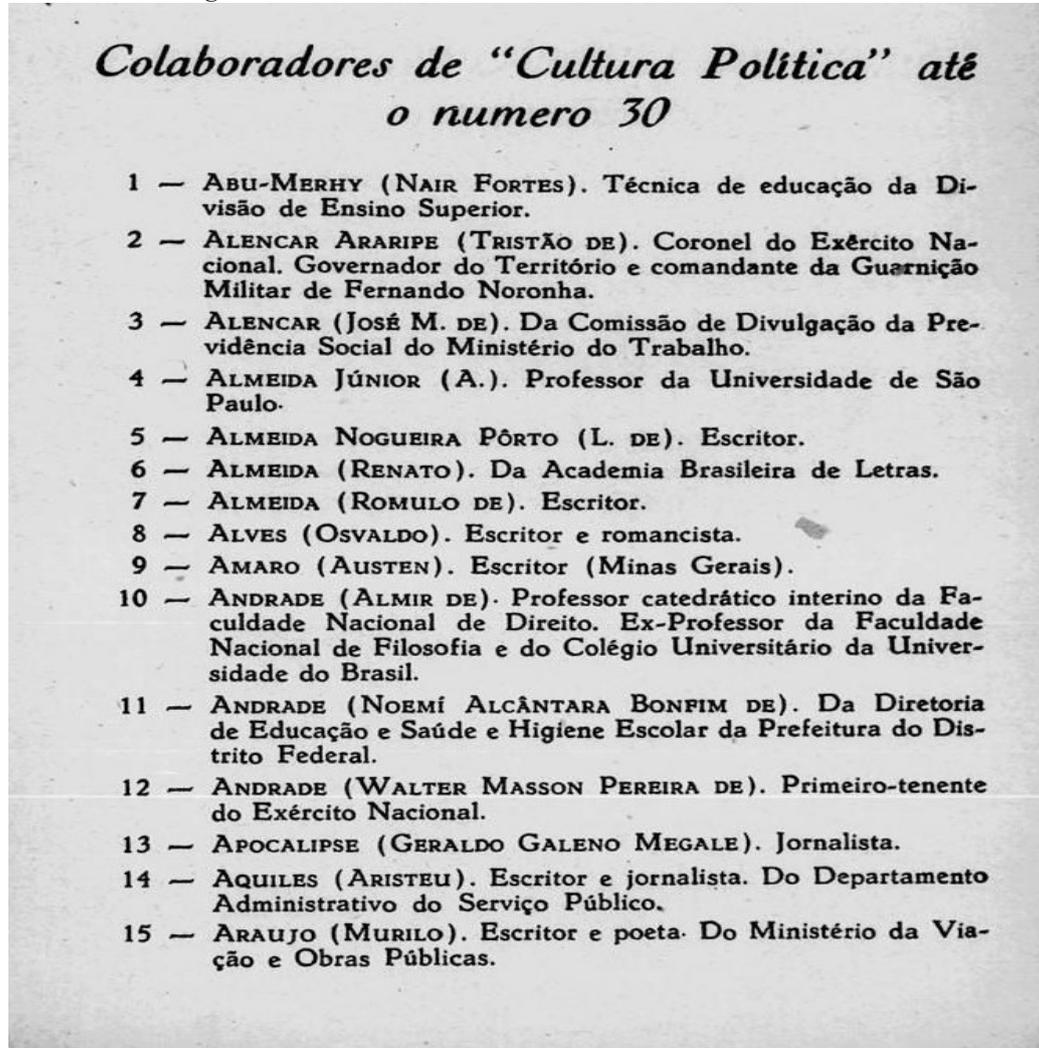
Este cenário é coerente com a pesquisa de Juvêncio (2012), que trata das bibliografias nacionais e a sua conexão com a política, na qual as obras intelectuais são construídas com base na identidade nacional para estabelecer aspectos da identidade de um povo por meio da identificação da produção intelectual.

Logo, o nacionalismo, como umas das principais diretrizes estado-novista foi assinalado como característica principal da revista, sendo seus termos editoriais enfáticos nesse sentido, quando afirmam aceitar a colaboração de todos, independentemente do seu cunho ideológico e declaram não defender partidos políticos, pois a sua preocupação fundamental seria a de espelhar tudo o que fosse genuinamente brasileiro (Velloso, 1987).

Dentre os intelectuais que escreviam para a revista, encontram-se: Almir de Andrade, Amaral Azevedo; Lucio Cardoso; João Dornas Filho; Gilberto

Freire; Clovis Gusmão. A CP divulgou a lista dos seus colaboradores, em seu número 33 do mês outubro de 1943, quando contava com 261 intelectuais (Figura 1 e 2).

Figura 1 – Nomes dos colaboradores na Revista Cultura Política



Fonte: Revista Cultura Política (1943).

Imagem 2 – Capa da Revista Cultura Política



Fonte: Revista Cultura Política (1943).

Dentre as seções que possibilitavam classificar e organizar os artigos publicados, uma delas desperta o interesse específico deste trabalho, denominada “movimento bibliográfico”, mantida com a colaboração de Antônio Simões dos Reis, que tinha o objetivo de “registrar, mensalmente, os livros publicados, sobre todos os assuntos, em território brasileiro” (Reis, 1941, p. 287).

Considerando-se as diretrizes da revista, traçamos o olhar para compreensão da organização desse movimento, sobre o que nos sugere a prática dessas compilações e divulgação das obras, em um espaço de propaganda intelectual, a revista CP.

5 O Movimento Bibliográfico no Brasil

A área da informação científica sofreu uma grande mudança na Europa por volta de 1900. Isto se deve ao envolvimento de profissionais, como bibliotecários, bibliógrafos, documentalistas e arquivistas - chamados de “novos portadores da informação” - para atender à demanda de análise e organização de todos os documentos que surgiram com a transição dos séculos XIX para XX. Na época em que a sociedade europeia recebia influências das revoluções técnico-científicas, que surgiram dos investimentos da revolução industrial, o fenômeno conhecido como movimento bibliográfico emergiu no campo da documentação (Schneiders, 2012b)

À medida que surgiam novas áreas de pesquisa, novas políticas foram adotadas tanto pelo governo quanto pelas empresas. Como consequência, surgiu uma variedade exponencial de documentos, que se tornaram também dispersos. Assim, foi necessário organizar esses documentos para atender à sociedade que os produzia e os buscava. A procura por documentos, a necessidade de novas fontes de informação, tornou imperiosa a análise e a organização da diversidade documental (Schneiders, 2012a).

A diversidade documental, bem como os diferentes especialistas capazes de organizar os vários tipos de documentos, contribuiu para o surgimento dos “movimentos bibliográficos”, às vezes enfatizados na sua forma plural, porque representam uma “unidade da diversidade documental”, como salientado por Schneiders (2012a, p. 36). Dessa forma, com a variedade de documentos que surgiram, o movimento bibliográfico não se limitou a um tipo de documento, como os livros, mas abrangeu todos os documentos que registram informações num suporte físico.

Nesse sentido, o movimento bibliográfico europeu, que teve Paul Otlet e Henri La Fontaine como líderes, relacionou a universalidade documental à objetos, figuras e ilustrações, partituras musicais, qualquer coisa que tivesse valor probatório, que 'documentasse' algo, era um documento. A intenção de Otlet era reunir e inter-relacionar todos os documentos em seus diversos formatos. Como objetivo de uma universalidade documental, ligado aos centros de informação,

como a biblioteca, o museu e o arquivo, devem ser considerados partes de uma única organização documentária (Rayward, 2018, p. 14).

Por isso, o movimento trouxe em seu cerne a universalidade documental de novos portadores da informação, com objetivos comuns em relação às suas perspectivas de organização dos documentos, mas que não correspondia necessariamente a uma ação sistematizada por um grupo coeso de pessoas trabalhando em conjunto (Mendes, 2016).

A influência do “movimento bibliográfico” foi perceptível também no Brasil, durante o Estado Novo no Brasil, onde o respectivo termo foi encontrado na seção da revista CP, logo em seu primeiro número no mês março de 1941. Assinado por Antônio Simões dos Reis² como organizador. Este, por sua vez, como um organizador de informação, foi convidado por sua trajetória e especialidade em organização de bibliografias no Brasil.

O sentido do movimento bibliográfico na CP foi explicado por Antônio Simões dos Reis conectando-o à trajetória dos seus muitos anos dedicados à bibliografia brasileira, tendo redigido seções bibliográficas em diversos jornais e revistas do país e servido, no mesmo ramo, a instituições oficiais, como o Instituto Nacional do Livro e o Ministério de Educação e Saúde.

Conforme descrito quando apareceu no primeiro número da CP, a seção “movimento bibliográfico” tinha como objetivo “encarregar-se de registrar, mensalmente, os livros publicados, sobre todos os assuntos, em território brasileiro”, desse modo a revista seria “um espelho da atividade bibliográfica brasileira, em todas as esferas da atividade intelectual” (Reis, 1941, p. 287).

Ainda no mesmo texto de apresentação da seção “movimento bibliográfico”, foi solicitado aos autores e editores de todas as cidades do Brasil que “enviassem para a revista um exemplar de todas as obras publicadas [...] para serem mensalmente registradas” (Reis, 1941, p. 287).

Quando se analisam as obras bibliográficas com o planejamento do INL, tem-se que o movimento bibliográfico durante o Estado Novo no Brasil pode ser compreendido como a prática do plano de divulgação em massa das obras bibliográficas brasileiras. Em obras reunidas, conforme as diretrizes do “espírito

nacional”, listadas mensalmente e divulgadas na revista Cultura Política – revista mensal de estudos brasileiros.

Considerando-se o modelo de divulgação dos livros, há indícios de que o movimento bibliográfico foi o resultado efetivo de um planejamento de sincronia entre os órgãos como INL e o DIP, para as bibliografias seguirem a ordem de nacional de divulgação e o que se estava divulgando.

O conteúdo dos livros deveria obedecer e seguir o espírito de unidade, na vertente da nacionalização da política do Estado Novo. Nesse caso, o caso o DIP era o órgão que direcionava, fiscalizava o que poderia ser publicado e divulgado (Capelato, 1999; Leitão, 2011). O INL, por sua vez, objetivou produzir livros que chegassem a todos os campos intelectuais, desde os simples estudantes até os mais ativos leitores e promover sua divulgação por um plano geral de divulgação (Oliveira; Silva; Castro, 2018).

Como testemunho dessas relações, em 17 de agosto de 1939, o diretor Augusto Meyer³ encaminhou projetos do Instituto Nacional do Livro para o Ministro Gustavo Capanema, mostrando as finalidades e o orçamento do projeto para o exercício de 1940, que constava: *A secção das publicações; das bibliotecas e da Enciclopédia Brasileira e Dicionário da Língua Nacional*.

No que compete à *secção de publicações*, o projeto explicava a finalidade de desenvolver todo o seu esforço no sentido de fazer mais conhecido no Brasil os autores e obras de interesse para a cultura nacional. Cabia, portanto, ao INL o dever de tratar e organizar bibliografias sobre assuntos diversos, de alto interesse para a valorização da cultura nacional (Brasil, 1939, p. 497).

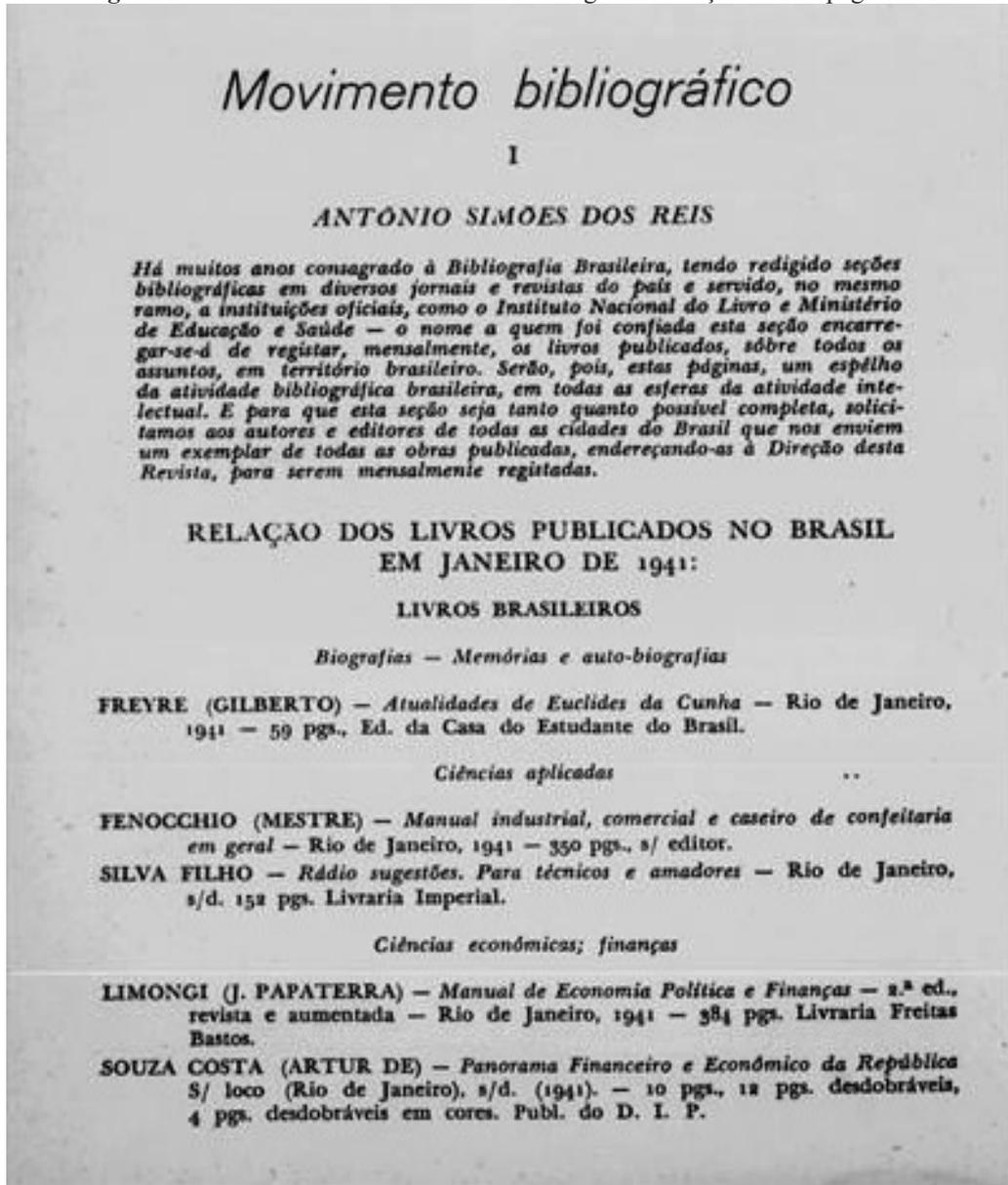
Nesse projeto, foram citados e defendidos autores como Cybelle de Ipanema; Machado de Assis; Tobias Barreto; Tavares Bastos e Cassimiro de Abreu em favor do alto interesse cultural que esses autores propiciaram para a cultura brasileira (Brasil, 1939, p. 500).

Por meio desses aportes pode-se analisar que o movimento bibliográfico queria reunir e levar aos leitores grandes obras que enalteciam a história das raízes brasileiras e que tratassem de assuntos que reforçassem o ideal estado-novista.

Ressalta-se que o movimento bibliográfico divulgou livros de cunho

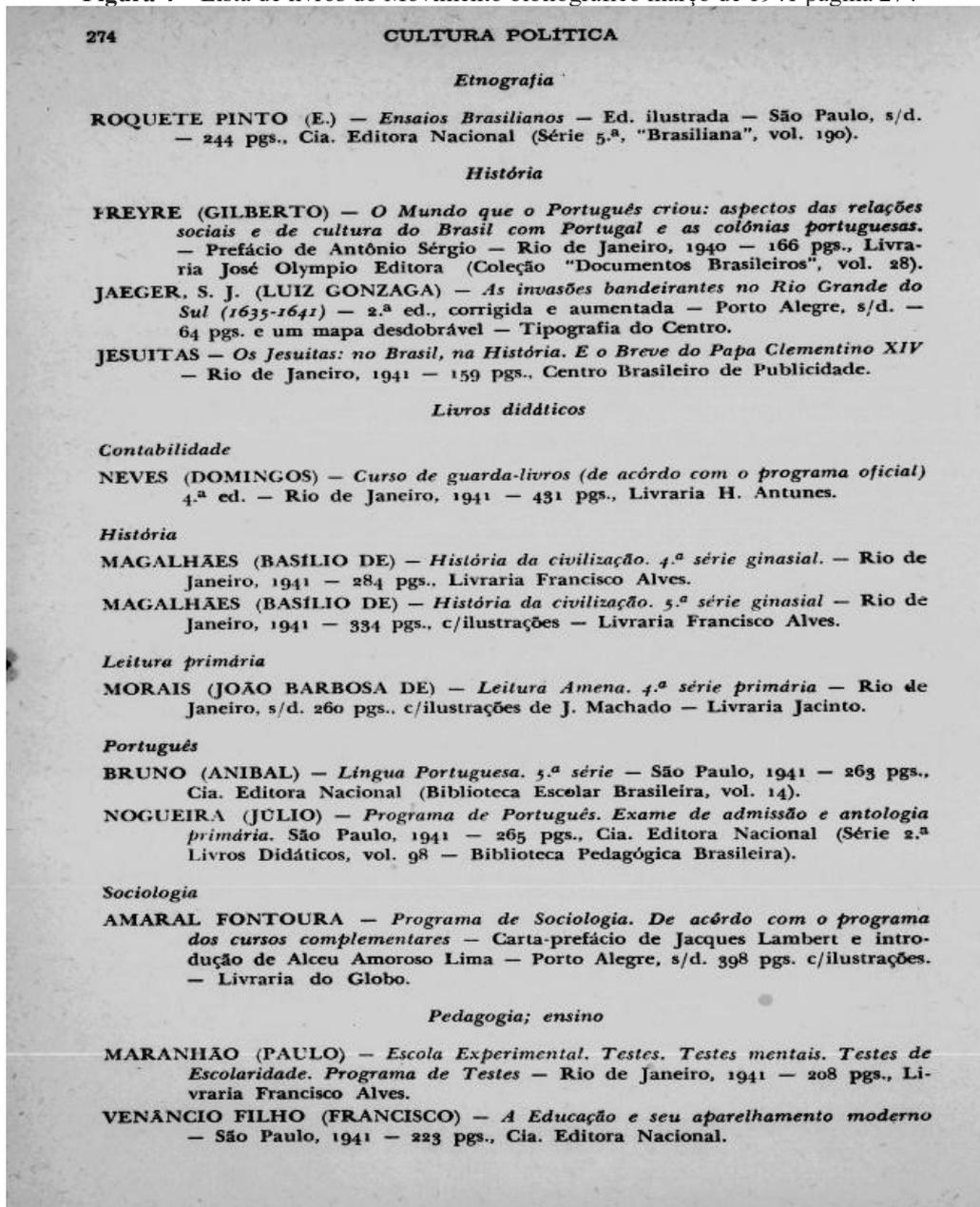
científico das áreas das ciências médicas, ciências econômicas, engenharias, direito e legislação, etnografia e contabilidade no período entre março de 1941 e fevereiro de 1945 (Figura 3 e 4).

Figura 3 – Lista de livros do Movimento bibliográfico março de 1941 página 273



Fonte: Revista Cultura Política (1941).

Figura 4 – Lista de livros do Movimento bibliográfico março de 1941 página 274



Fonte: Revista Cultura Política (1941).

Em relação à análise das bibliografias que faziam parte do movimento bibliográfico, nelas eram divulgadas, sobretudo, obras que seguiam as diretrizes que englobavam a propaganda estado-novista, no que diz respeito ao interesse da unidade do pensamento social do Estado Novo ou mesmo como espírito nacional. Juvêncio (2021) salienta que as bibliografias nacionais surgem e desenvolvem-se através da relação entre Estados-Nação, envolvendo-se no contexto político em que se inserem, e, conseqüentemente, refletindo as mudanças sociais do tempo

em que estão inseridas.

Enumeram-se no **Quadro 1** alguns livros das áreas de ensino-aprendizagem, sociologia e biografias.

Quadro 1 - Livros com as diretrizes da política do Estado Novo no Brasil

BIOGRAFIA	LIVROS DIDÁTICOS	SOCIOLOGIA
AVELINO, Georgino. Uma biografia para gente boa. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.	MAGALHÃES, Basílio de. História da civilização. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1941.	CAMPOS, Francisco. Antecipações à reforma política. Rio de Janeiro: Livraria José do Olímpio, 1941.
MEDEIROS, J. Paulo de. Getúlio Vargas, o reformador social. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1941.	REIS, Morel Marcondes. Brasil Novo: leitura para o primeiro ano das escolas profissionais. São Paulo: Editora Brasileira, 1941.	CARNEIRO, David. Evolução moderna. São Paulo: Athena editora, 1941.
SILVA, Gastão Pereira da. Getúlio Vargas e a psicanálise das multidões. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941.	LIMA, Hildebrando de. Nosso Brasil: para o segundo grau primário. São Paulo: Editora Nacional, 1942.	SOMBRA, Severino. As duas linhas de nossa evolução política. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1940.
CARRAZONI, André. Perfil do estudante Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: A Noite, 1941.		GUIMARÃES, Osias. Amor à terra. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

Fonte: Dados da pesquisa.

O movimento bibliográfico contava também com a colaboração das editoras para as divulgações e edições dos livros, observando-se o fluxo do movimento editorial em todo o país. Assim como o dever do INL era divulgar a leitura, as casas editoras de todo o país também tinham deveres como enviar a cada três meses, por meio do serviço bibliográfico, uma relação de quaisquer livros que houvessem editado, quer fossem estes originais ou traduções. Competia igualmente às casas editoras apresentar sugestões da melhor forma de realizar propaganda do livro brasileiro, dentro e fora do país (Brasil, 1939, p. 635).

Esse estado de coisas estabelecia uma relação de troca, pois as editoras que queriam ter seus nomes divulgados precisariam estar atentas às novas

diretrizes da política cultural do governo frente à linguagem livresca. Os livros não deveriam conter linguagem vulgar, erotismo no tema ou tratamento. Em vez disso, precisariam aderir a padrões mais elevados de respeito pela linguagem e conteúdo, evitando serem utilizados para promover a desordem política. Esse foi um dos critérios que faziam as editoras estarem atentas para que não houvesse dano financeiro e fechamento de suas portas (Hallewell, 2017). De fato, podemos ver constantes listas de livros que as editoras enviavam ao INL (Figura 5), tais como as que foram expedidas pela Livraria Editora Record; Mercantil Souza e Belleza, ambas de São Paulo; Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro; Livraria Pará e Livraria Globo, ambas de Belém; Chignone e Cia., de Salvador, entre outras (Figura 5).

Figura 5 – Livrarias Paraenses com a lista de livros editadas



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (1938).

Assim, o “movimento bibliográfico” cumpria seu objetivo de selecionar e indicar aos leitores da CP, entre livros e editoras, aqueles que melhor correspondiam às ideias estado-novistas. Por meio da CP, e da seção “movimento bibliográfico”, de modo específico, ecoava-se a influência ideológica do Estado Novo a todas as camadas intelectuais que usufruíam de sua leitura.

6 Considerações finais

As apreciações feitas sobre o Instituto Nacional do Livro, com o seu plano de divulgação que contemplava as obras bibliográficas, instigaram a presente pesquisa para que fosse investigado mais detalhadamente as obras que mereciam, sob olhar do Estado Novo, serem divulgadas.

As análises feitas sobre como transcorreu o movimento bibliográfico nos levam aos indícios de que esse movimento existiu não apenas divulgar as obras bibliográficas brasileiras, uma vez que este discurso pode ir além do pronunciado, ou seja, além da superfície do discurso. Assim, o movimento bibliográfico em questão serviu também aos interesses do Estado Novo e às concepções de sociedade e de nação que esse regime defendia.

Diante desse contexto, chegou-se às considerações que obras destinadas a comunicar ideias boas de um “Estado Novo para um homem novo” eram centradas e pautadas em diretrizes políticas estado-novistas, como instrumentos para moldar comportamentos sociais orientados para as expectativas do governo. Isso é mais patente no caso dos livros que buscavam resgatar as raízes nacionalistas.

A análise permite perceber que o Estado Novo investiu nos livros e na publicidade das obras, ocorrendo assim o “movimento bibliográfico”, um termo que, ressalte-se, apareceu pela primeira vez na revista Cultura Política em seu primeiro número de março de 1941, com autoria de Antônio Simões dos Reis. A organização de obras, seguida de sua divulgação nacional, desencadeou não apenas as iniciativas para que autores tivessem suas obras disseminadas, mas também estimulou os autores a escreverem conforme as novas diretrizes que o Estado Novo queria no conteúdo dos livros.

Em primeiro momento da pesquisa, quando foi analisada a seção do movimento bibliográfico, investigou-se sobre os tipos de obras que estavam sendo divulgadas. Por sua vez, os ideais de regionalismo, de raízes históricas e de raízes heroico-brasileiras que estão atrelados ao nacionalismo foram assuntos que protagonizaram os conteúdos principalmente nas obras biográficas, históricas e as de teor didático.

Nesse panorama de divulgação das obras e de seus conteúdos permanece a necessidade de maiores reflexões sobre os critérios que condicionavam a subordinação dos autores às diretrizes do governo no Estado Novo. Os indícios levam a acreditar que para ter suas obras amplificadas na sociedade, essas teriam que seguir suas diretrizes.

Esse contexto dá espaço à reflexão de que aqueles autores que negligenciavam as diretrizes teriam sua produção impedida de serem divulgadas e até mesmo de circular nacionalmente. Essa inferência assenta-se na observação do contexto da Revista Cultura Política, por sua vinculação ao DIP, órgão responsável pela análise do que seria proibido ou permitido circular.

Seguindo essa matriz de análise, ressalta-se o aporte que os resultados da pesquisa oferecem para futuros estudos que abranjam o contexto em que os livros ou a revista Cultura Política desempenharam seus papéis como meios de comunicação dos intelectuais durante o Estado Novo no Brasil. Há ainda um material rico para ser analisado, refletido e criticado no âmbito da disseminação dos ideais que estavam presentes nesses suportes informacionais.

Neste contexto, ao considerar a contribuição da memória e da crítica para o campo da Biblioteconomia, é relevante examinar esse papel desempenhado pelos livros e revistas durante a década de 1940 na área da Ciência da Informação. Isso se justifica devido à abordagem da produção de informações institucionais cujo propósito era influenciar o pensamento social por meio de seus conteúdos e também de como esses pensamentos foram organizados e divulgados ao público.

Esta análise examinou como o conhecimento foi socialmente organizado, desde o conteúdo que o DIP fiscalizou até o plano de divulgação que o INL organizou. Todo o processo de escolha, divulgação e política editorial de textos considerado “adequado” para que a sociedade estado-novista pudesse consumi-lo como literatura.

A revista CP, conseqüentemente, funcionou como um regulador, de alguma forma, das práticas de (OSC) para a sociedade do Estado Novo. As listas de referências bibliográficas presentes na seção “movimento bibliográfico” demonstram o resultado do trabalho selecionado, tanto pelos órgãos responsáveis pela leitura, quanto pelos especialistas que organizaram e difundiram as listas na

CP.

Isso tudo ocorreu conforme a organização política do Estado Novo, cujo objetivo era organizar socialmente a literatura por meio da divisão das classes sociais. Ou seja, havia critérios que orientavam a destinação de determinadas obras a determinadas classes, sobretudo em relação à classe trabalhadora. Se havia livros com literatura para operários deveria haver, necessariamente, um leitor operário.

Enfim, foi observado que a (OSC) apresenta uma característica que conversa, de certo modo, com o objetivo dado ao movimento bibliográfico Europeu, de forma que a diversidade de especialistas que atuaram com um único propósito, o de organizar o conhecimento para divulgação e acesso da sociedade sobre determinado documento.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Augusto Meyer**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/augustomeyer/biografia>. Acesso em: 07 mar. 2021.

ANDRADE, Almir. A evolução política e social do Brasil. **Revista Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Avançados**. Rio de Janeiro, mar. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/163538/3>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ANDRADE, Almir [verbete]. *In*: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Bibliografia geral. São Paulo: FGV, 2009.

ARAÚJO, Rejane. **DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda**. São Paulo: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2020. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7791>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Percursos do olhar: Comunicação, narrativa e memória**. Niterói: EDUFF, 2007.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Instituto Nacional do Livro**. Rio de Janeiro. 17 ago. 1939. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/6232. Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n. 93 – de 21 de dezembro de 1937. **Cria o instituto nacional do livro.** Rio de Janeiro, 21 dezembro de 1937, 116º da independência, 49º da república. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/5963. Acesso em: 9 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Ante-Projeto da Lei que institui o serviço brasileiro de intercâmbio intelectual.** Rio de Janeiro. 05 jun. 1941. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_F/10657. Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da educação e saúde. **Plano de divulgação.** Rio de Janeiro, RJ: Ministério da educação e saúde pública, 1938. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/6045. Acesso em: 6 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da educação e saúde. **Plano de divulgação de obras para o Instituto Nacional do Livro.** Rio de Janeiro, RJ: Ministério da educação e saúde pública, 1938. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/6031. Acesso em: 6 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da educação e saúde. **Plano de divulgação de obras: 2ª parte.** Rio de Janeiro, RJ: Ministério da educação e saúde pública, 1938. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/6039. Acesso em: 6 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da educação e saúde. **Plano de publicidade coletiva.** Rio de Janeiro, RJ: Ministério da educação e saúde pública, 1938. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/6050. Acesso em: 6 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da educação e saúde. **Objetivo educacional do livro.** Rio de Janeiro, RJ: Ministério da educação e saúde pública, 1938. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/6060. Acesso em: 6 jan. 2021.

BUENO, Wilson Costa. Jornalismo científico: conceito e funções. **Revista Ciência e cultura**, Santa Catarina, v. 37, n. 9, set. 1985. Disponível em: <https://biopibid.paginas.ufsc.br/files/2013/12/Jornalismo-cient%C3%ADfico-conceito-e-fun%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, p. 1-12, dez. 2010. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/14078>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BURKE, Peter. **O que é história do conhecimento.** São Paulo: Editora unesp, 2016.

CALDEIRA, Paulo da Terra. **Bibliógrafos brasileiros: levantamento preliminar.**

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [S.l.]. v. 16, n. 1/2, p. 37-44, jan/jun, 1983.

CANCLINI, Nestor García. **Definiciones en transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CAPANEMA, Gustavo. **Carta de Gustavo Capanema sobre o Instituto Nacional Pedagógico**. Rio de Janeiro, 30 jun. 1938. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/55535. Acesso em: 7 mar. 2021.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. *In*: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. *In*: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10510>. Acesso em: 25 maio 2021.

COMO RESOLVER O PROBLEMA DO LIVRO. Calvino e Melo LTDA. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/9055. Acesso em: 7 mar. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Arquivo Gustavo Capanema. **Livrarias paraenses com a lista de livros editados**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde Pública, 1938a. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/arq_gc_g/4563. Acesso em: 17 jul. 2023

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: USP, 2017.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo: Centauro, 2001.

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**. [S.l.]. v. 30, n. 2, 2003. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Hjorland2003.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

HJØRLAND, Birger. Social organization of knowledge. 2007. Disponível em: [https://arkiv.iva.ku.dk//kolifeboat/CONCEPTS/social_organization_of_knowledge.htm#:~:text=The%20social%20organization%20of%20knowledge,sociology%20\(or%20other%20possibilities\)](https://arkiv.iva.ku.dk//kolifeboat/CONCEPTS/social_organization_of_knowledge.htm#:~:text=The%20social%20organization%20of%20knowledge,sociology%20(or%20other%20possibilities)). Acesso em: 16 mar. 2023.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **Uma política bibliográfica brasileira?**: O percurso histórico e político da bibliografia nacional no Brasil. *Bibliothecae*, Bolonha, v. 10, p. 113-137, 2021. Disponível em: <https://bibliothecae.unibo.it/article/view/14068/13579>. Acesso em: 16 mar. 2023.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e no Regime Militar**: uma reflexão. Niterói: Intertexto, 2011.

LONGINO, Helen. The Social Dimensions of Scientific Knowledge. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2002. Disponível em: <https://stanford.library.sydney.edu.au/archives/spr2013/entries/scientific-knowledge-social/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Luciana Cortes. O movimento bibliográfico: organização do conhecimento no contexto da modernidade. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 7, n. esp, p. 134-151, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118780>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, História e Memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n.1, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>. Acesso em: 25 maio 2021.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 118-135, novembro 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4472>. Acesso em: 10

ago. 2022.

NOTAS SOBRE HERMENÊUTICA E APLICAÇÃO DO DIREITO. **Gabinete do Ministro**. Rio de Janeiro, 1939. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_PI/2785. Acesso em: 28 fev. 2021.

ODDONE, Nanci. A documentação no Brasil durante o Estado Novo. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. 11, 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ; Fiocruz; UNIRIO, 2010. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/177411>. Acesso em: 13 jul. 2023.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da. CASTRO, Jetur Lima de. (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. **Em questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, set./dez, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/80013>. Acesso em: 18 jun. 2021.

PARADA, Mauricio. **Educando corpos e criando a nação – cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estão Novo**. Rio de Janeiro: Apicuri/PUC, 2009.

PEREIRA, Mozart Silvano. O sentido do conceito de ideologia em Marx e a questão da igualdade jurídica. **Revista InSURgência**, Brasília, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/19064>. Acesso em: 15 ago. 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria Castro (Org.). **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/6847>. Acesso em: 6 jun. 2022.

PASCHOAL, José. Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil. In: 1º Simpósio do Laboratório de História Política e Social: 70 anos do Estado Novo, 2007. **Anais [...]** Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

PESQUISA DE SERGIPE/INFONET. **João Simões e Nestor Paiva**. Sergipe, 2004. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/joao-simoes-e-nestor-piva/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

RAYWARD, W. Boyd. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet. In: OTLET, Paul. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2018.

REIS, Antônio Simões dos. Movimento bibliográfico. **Revista Cultura Política**. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/163538/287>. Acesso em: 3 mar. 2021.

REVISTA CULTURA POLÍTICA. **Quadros e costumes**. Rio de Janeiro, jun. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/163538/956>. Acesso em: 7 mar. 2023.

REVISTA CULTURA POLÍTICA. **Colaboradores**. Rio de Janeiro, out. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/163538/9942>. Acesso em: 7 mar. 2023.

REVISTA CULTURA POLÍTICA. **Páginas do Passado Brasileiro**, [S./], mar. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/163538/257>. Acesso em: 15 mar. 2023.

REVISTA CULTURA POLÍTICA. Movimento bibliográfico. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/163538/287>. Acesso em: 11 jan. 2023.

REVISTA CULTURA POLÍTICA. Colaboradores de “Cultura Política” até o número 30. Rio de Janeiro, out. 1943. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/163538/9936>. Acesso em: 17 jul. 2023.

CULTURA POLÍTICA REVISTA MENSAL DE ESTUDOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro, mar. 1944. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/163538/11484>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SANTOS, P.M.L. **O ponto de inflexão Otlet**: uma visão sobre as origens da documentação e o processo de construção do Princípio Monográfico. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Paola. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. **Ciência da Informação**, Brasília, n. 36, v. 2, 2007. Disponível em:
<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1176/1339>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SCHNEIDERS, P. Bibliografische ondernemingen rond 1900 (deel1): Eenheid in verscheidenheid. **Cahiers de la documentation – Bladen voor documentatie**, [Bruxelles], n. 2, p. 36-51, 2012a. Disponível em:
https://www.abd-bvd.be/wp-content/uploads/2012-2_Schneiders_deel1.pdf. Acesso em: 2 mar. 2023.

SCHNEIDER, Paul. Bibliografische ondernemingen rond 1900 (deel 2): De beweging als cultuurhistorisch verschijnsel. **Cahiers de la documentation – Bladen voor documentatie**, [Bruxelles], n. 3, p. 31-45, 2012b. Disponível em:

<http://docplayer.nl/12372850-Bibliografische-ondernemingen-rond-1900-deel-2-de-beweging-als-cultuurhistorisch-verschijnsel-1.html>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; MOMM, Christiane Fabíola. **Fundamentos da biblioteconomia e ciência da informação**. Indaial: UNIASSELVI, 2018.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2018.

VARGAS, Getúlio [Fac-simile]. Palavras de Getúlio Vargas a revista *Cultura Política*. **Revista Cultura Política**, Rio de Janeiro, Nov. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/163538/2640>. Acesso em: 15 mar. 2021.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VIANA, Hélio. Literatura histórica. **Revista Cultura Política**, Rio de Janeiro, abr. 1941. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/163538/598>. Acesso em: 17 ago. 2022.

The divulgation of bibliographic knowledge in the Estado Novo in Brazil: a perspective of the Social Organization of Knowledge in the Journal *Cultura Política*

Abstract: Understands how documents support the materiality of information and the traces of the spirit of the time. This article aims to analyze the nuances of the Social Organization of Knowledge, particularly involved in the journal *Cultura Política*, which carries at its core the legacy of the "spirit of the time," based on the bibliographic movement in the context of the political and social evolution of Brazil, from the new man to a new state (*Estado Novo*), listing the characteristics and dissemination of thought. The text analysis combines bibliographical and documentary research from the perspective of Critical Discourse Analysis. As a first step, a bibliographical review was conducted on the concepts of the Social Organization of Knowledge, supported by Hjørland, considering the social influences to which members of discursive communities are exposed, which underlie the social construction of knowledge that attributes importance to the materiality of documentation. Additionally, works by Velloso, Hallewell, and Pandolfi were consulted, explaining the history of the book in Brazil, bibliographic culture, book production, editorial and institutional policies, and the intellectual contributions to the construction of the discourse of the *Estado Novo* in Brazil. It was noted that the construction of knowledge associated with the materiality of information was fundamental for the political projection of the *Estado Novo*. In this context, it was considered that works seen as good ideas for

a “new state for a new man” were centered and based on the political directives of the *Estado Novo*, aimed at shaping social thought according to the government's expectations, especially when it comes to books that sought to revive nationalist roots and interests from a colonial perspective.

Keywords: Estado Novo – Brazil; bibliographic movement; divulgation of knowledge; social organization of knowledge; cultura política journal.

Recebido: 23/03/2023

Aceito: 21/08/2023

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Alessandra Nunes de Oliveira, Walter Moreira

Coleta de dados: Alessandra Nunes de Oliveira, Walter Moreira

Análise e interpretação de dados: Alessandra Nunes de Oliveira, Walter Moreira

Redação: Alessandra Nunes de Oliveira, Walter Moreira

Revisão crítica do manuscrito: Alessandra Nunes de Oliveira, Walter Moreira

Como citar:

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; MOREIRA, Walter. A divulgação do conhecimento bibliográfico no Estado Novo no Brasil: uma perspectiva da Organização Social do Conhecimento na Revista Cultura Política. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 29, e-131087, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.131087>



¹ Almir Bonfim de Andrade nasceu no Rio de Janeiro no dia 5 de novembro de 1911. Foi advogado; Jornalista; professor de psicologia e lógica na Faculdade de Direito no Rio de Janeiro (1937) e no Colégio Universitário da Universidade do Brasil (1938); professor de psicologia na Faculdade Nacional de Filosofia (1939); catedrático de Direito Constitucional na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1941) em março de 1941, a convite de Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundou Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, da qual foi diretor até outubro de 1945 (Andrade, 2009)

² Foi um dos percussores da bibliografia no Brasil, conforme relatou Edson Nery da Fonseca (CALDEIRA, 1983). Nasceu em Aracaju- Sergipe, foi bibliófilo e editor um dos grandes sergipanos com residência no Rio de Janeiro, onde editava a Revista Euclides, ensinava sobre editoração de livros e dirigia a Organização Simões, Editora (Pesquisa de Sergipe/Infonet, 2004,

online). Durante o Estado Novo foi colaborador na Revista Cultura Política, em compilar e divulgar as bibliografias nacionais e estrangeiras que estavam surgindo.

- ³ Poeta e ensaísta, nasceu em Porto Alegre, RS, em 24 de janeiro de 1902. Foi diretor da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, de 1930 a 1936. Transferiu-se para o Rio e com o grupo de intelectuais gaúchos trazido por Getúlio Vargas organizou o Instituto Nacional do Livro, em 1937, tendo sido seu diretor por cerca de trinta anos (Academia Brasileira de Letras, 2021, *online*).